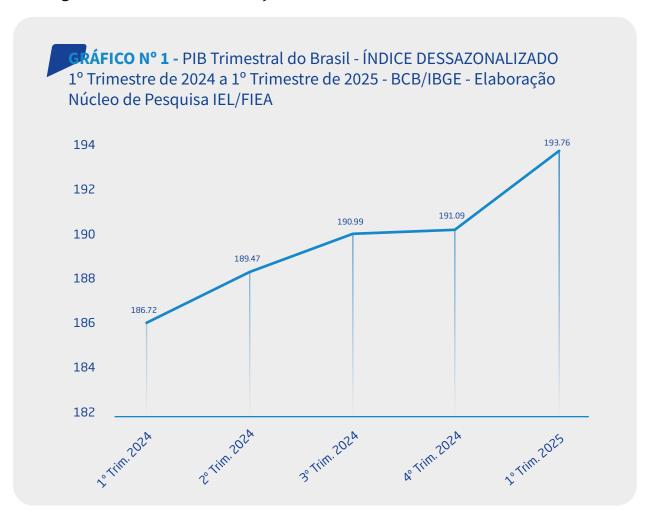




PIB do Brasil no 1º trimestre de 2025

O desempenho do PIB brasileiro no primeiro trimestre de 2025 superou as expectativas do mercado, com expansão de 1,4% em relação ao trimestre anterior¹. O resultado foi impulsionado por uma combinação de fatores conjunturais favoráveis do lado da oferta e sinais de resiliência no consumo interno. Essa aceleração ocorre após o quarto trimestre de 2024 marcado por estabilidade econômica, indicando uma recuperação moderada da atividade.

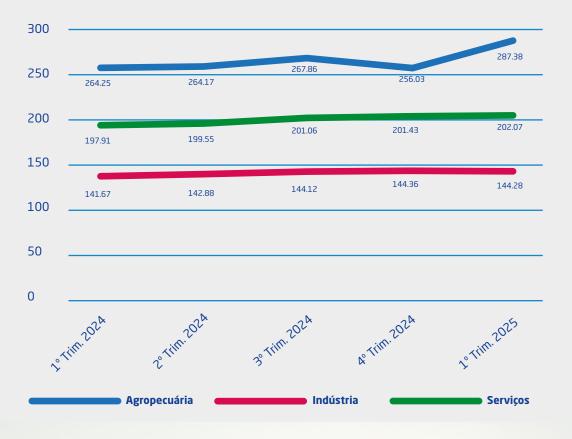
A principal contribuição positiva veio do setor agropecuário, que cresceu 12,2%, alavancado por uma safra recorde de grãos, especialmente soja. Esse desempenho foi amplificado por condições climáticas adequadas e ganhos de produtividade, refletindo também investimentos acumulados em tecnologia nos ciclos anteriores. Essa elevação na produção agrícola teve efeito direto sobre o PIB, além de induzir efeitos indiretos em cadeias logísticas e no setor de serviços relacionados.



Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais e Indicadores IBGE

FIEA IEL



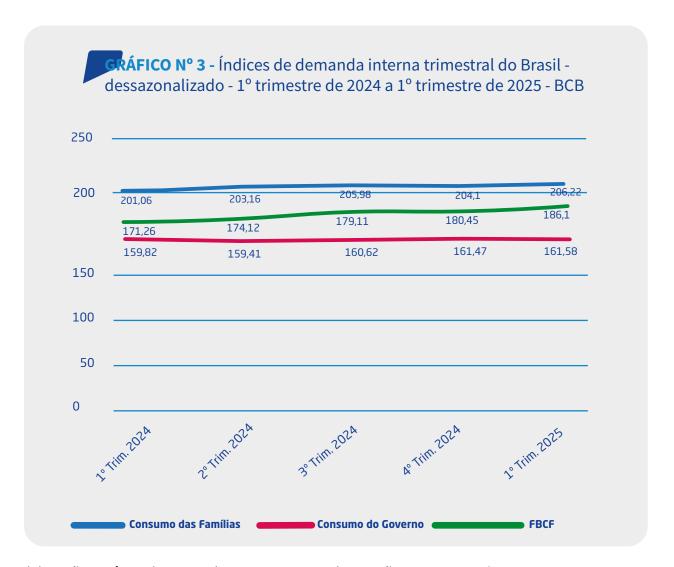


Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL





No campo da demanda, o consumo das famílias registrou crescimento de 1,0%, sustentado pelo aumento da massa salarial real, o avanço do emprego formal e a expansão do crédito. As contratações com carteira assinada contribuíram para a melhoria das condições de renda e segurança econômica, incentivando o consumo mesmo diante de taxas de juros elevadas. A queda gradual da inflação reforçou o poder de compra das famílias, o que se refletiu no desempenho positivo do varejo e de serviços pessoais.



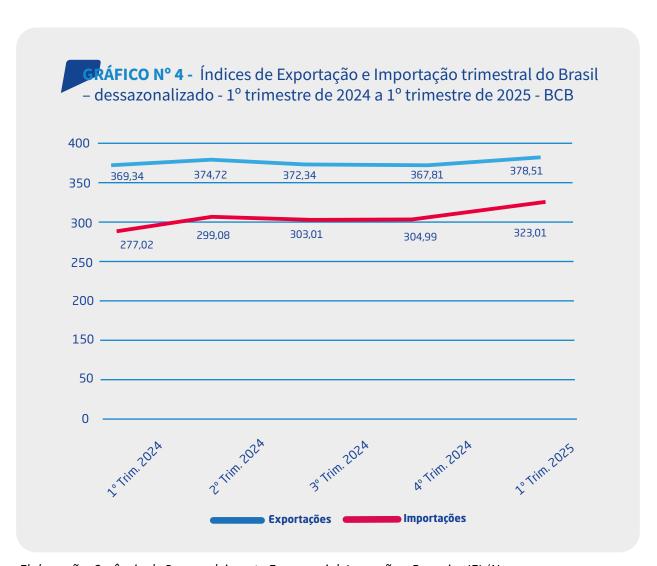
Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL

A formação bruta de capital fixo também apresentou resultado acima do esperado, com alta de 3,1%, puxada principalmente por operações pontuais de importação de plataformas de petróleo e aquisição de máquinas. Embora esse componente permaneça abaixo de níveis historicamente desejáveis, seu crescimento pontual teve impacto direto no resultado agregado. A persistência de incertezas em relação ao custo do crédito e à política monetária, no entanto, ainda limita uma retomada mais ampla do investimento privado.



O setor industrial, por sua vez, apresentou leve retração (-0,1%), com desempenho negativo na indústria de transformação e na construção civil. Em contrapartida, a indústria extrativa teve avanço de 2,1%, refletindo aumento na produção de petróleo e minério. O setor de serviços, que responde por cerca de 70% do PIB, cresceu 0,3%, com variações internas: houve expansão em atividades de transporte, alimentação e turismo, enquanto serviços financeiros e administrativos mostraram desaceleração.

Apesar da surpresa positiva, parte do crescimento observado reflete fatores pontuais e sazonais, como a safra agrícola e as importações específicas de bens de capital. A contribuição negativa do setor externo, devido ao aumento mais acelerado das importações em relação às exportações, reduziu o impacto positivo da demanda externa sobre o PIB. Assim, a economia continua sustentada fundamentalmente pelo mercado doméstico.



Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL



Diante desse cenário, o resultado do primeiro trimestre revela uma economia com capacidade de reação, mas ainda exposta a riscos estruturais. A sustentabilidade do crescimento dependerá do fortalecimento do investimento produtivo, da recomposição da indústria e da estabilidade das expectativas econômicas. Para além do impulso agrícola, será necessário um ambiente macroeconômico mais favorável para que os próximos trimestres mantenham o dinamismo sem depender de choques exógenos ou medidas excepcionais.

BC surpreende o mercado e eleva a Selic para 15%

O aumento da taxa Selic, anunciado no encontro do surpreendeu o mercado financeiro, majoritariamente esperava manutenção da taxa em 14,75%. A elevação 15%, para а sétima consecutiva, contrariou as sinalizações anteriores da autoridade monetária e preocupação refletiu a com persistência das expectativas inflacionárias acima da meta. A decisão unânime reforçou uma postura mais conservadora do Banco Central e alterou as projeções de corte de juros, postergando-as para o final de 2025. surpresa gerou reavaliações Essa quanto ao custo do crédito e seus possíveis efeitos sobre a atividade econômica nos próximos trimestres.

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom)² de elevar a taxa Selic foi influenciada por um conjunto de riscos relevantes no cenário externo e doméstico. No plano internacional, destacam-se a elevada incerteza em torno da política fiscal e comercial dos Estados Unidos, a persistência de tensões geopolíticas (notadamente no Oriente Médio) e a volatilidade nos mercados financeiros, com alterações nas correlações de ativos. elementos contribuem para desfavorável, ambiente global impactando os países emergentes por meio choques cambiais de instabilidade nos fluxos de capitais, o que exige maior prudência política condução da monetária interna.

Fiea iel

No contexto doméstico, embora haja sinais de moderação na atividade econômica, o mercado de trabalho permanece aquecido, com baixos níveis de desemprego e crescimento real dos rendimentos. Esse dinamismo sustenta o consumo das famílias e. consequentemente, dificulta arrefecimento da demanda agregada. O crédito às famílias, embora em processo de inflexão, segue em níveis elevados, o que contribui para a manutenção da pressão sobre os preços, sobretudo nos setores de serviços, que apresentam inércia inflacionária. Esses fatores reduzem a efetividade da política monetária no curto prazo.

Além disso, a política fiscal exerce papel ambíguo no cenário atual. A percepção de fragilidade compromisso com a sustentabilidade das contas públicas, combinada com o aumento de gastos e a ampliação do crédito direcionado, eleva o prêmio de risco e pressiona a taxa de juros neutra economia. Esse auadro compromete a potência da política monetária e aumenta o custo de desinflação em termos de produto. O Copom reforça, portanto, importância de uma política fiscal previsível, crível e alinhada ao ciclo econômico.

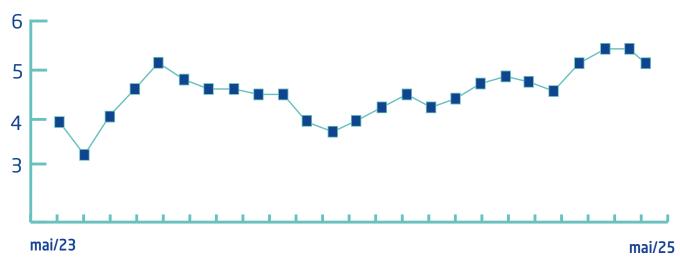
Por fim, um fator crítico foi a persistência da desancoragem das expectativas de inflação para horizontes mais longos, que seguem acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional. Tal desancoragem amplia os riscos de inflação persistente e exige, conforme destacado pelo Comitê, a manutenção de uma política monetária mais restritiva por um período prolongado. A combinação entre núcleos de inflação elevados, resiliência na demanda e incerteza fiscal e externa configura um cenário de alta complexidade que justifica a postura cautelosa e contracionista adotada pelo Copom.





A adoção de uma postura mais conservadora pelo Copom tem gerado críticas por parte de economistas fora do mercado financeiro e representantes do setor empresarial. Do ponto de vista dos primeiros, o prolongamento de uma política monetária restritiva em um contexto de desaceleração econômica pode agravar a perda de dinamismo produtivo, aprofundar a ociosidade da capacidade instalada e comprometer o investimento privado, sobretudo em setores mais sensíveis ao crédito. Além disso, argumenta-se que a ênfase excessiva na ancoragem das expectativas ignora a natureza predominantemente inercial da inflação brasileira e os limites da política monetária frente a choques de oferta e fatores externos. Já entre os empresários, especialmente os de micro e pequenas empresas, observa-se crescente insatisfação com os custos do crédito, que permanecem elevados, dificultando o financiamento de capital de giro e de novos projetos. Para ambos os grupos, a rigidez da política monetária pode se traduzir em perda de empregos e postergação da retomada sustentável do crescimento.

Gráfico Nº 5 - IPCA (acumulado 12 meses) - maio/23 a maio/25 - IBGE



Fonte: IPCA/IBGE - Portal de Finanças - Índice nacional de preços ao consumidor

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL



Em abril de 2025, a produção industrial brasileira apresentou crescimento marginal de 0,1%, evidenciando a continuidade de um quadro de estagnação observado desde o início do ano, com exceção de março. Esse desempenho sucede após três meses consecutivos de retração no fim de 2024 e reflete, sobretudo, os efeitos do aperto monetário iniciado em setembro de 2024 associado ao cenário geopolítico global.

A confiança do empresariado industrial deteriorou-se em maio, sugerindo perspectivas desfavoráveis para os próximos meses. Na comparação interanual, houve retração de 0,3% na produção, agravada pelo menor número de dias úteis. A indústria de transformação recuou mais intensamente (-0,5% na margem e -2,0% ante abril de 2024), com perdas disseminadas setorial e regionalmente, afetando especialmente os estados do Sudeste e Norte.

O recuo concentrou-se na produção de bens de consumo, especialmente os semi e não duráveis, cujo desempenho negativo (-1,9% na margem; -5,4% em termos interanuais) refletiu a acomodação da demanda familiar e impactos climáticos. Bens duráveis e bens de capital cresceram com menor intensidade, enquanto bens intermediários mostraram relativa resiliência, sustentados por segmentos específicos como têxteis, defensivos agrícolas e siderurgia.³

[3] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial



Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Abril 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	0,1	-0,3	1,4	2,4
Bens de Capital	1,4	-3,3	2,6	8,3
Bens Intermediários	0,7	1,9	1,5	1,9
Bens de Consumo	-1,6	-4,2	0,5	2,4
Bens de Consumo Duráveis	0,4	2,0	8,8	11,3
Semiduráveis e não duráveis	-1,9	-5,4	-0,9	1,0
Extrativa Mineral	1,0	10,2	1,8	-0,4
Transformação	-0,5	-2,0	1,3	2,9

Fonte: IBGE

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL

Tabela nº 2 - Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de				20	024						2025		
Preço (%)	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
IGP-DI	0,87	0,50	0,83	0,12	1,03	1,54	1,18	0,87	0,11	1,00	-0,50	0,39	-0,85
INCC-DI	0,86	0,71	0,72	0,70	0,58	0,68	0,40	0,50	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58
IGP-M	0,89	0,81	0,61	0,29	0,62	1,52	1,30	0,94	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49
IPC-M	0,44	0,46	0,30	0,09	0,33	0,42	0,07	0,12	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37
IPA-M	1,06	0,89	0,68	0,29	0,70	1,94	1,74	1,21	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82
INCC-M	0,59	0,93	0,69	0,64	0,61	0,67	0,44	0,51	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26
IPC-FIPE	0,09	0,26	0,06	0,18	0,18	0,80	1,17	0,34	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27
INPC	0,46	0,25	0,26	-0,14	0,48	0,61	0,33	0,48	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35
IPCA	0,46	0,21	0,38	-0,02	0,44	0,56	0,39	0,52	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26

Fontes: Ipeadata e Bacen

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL



Tabela nº 3,4 e 5 - Indicadores de Confiança

	Indicadores de Confiança I							
	Indicadores do Cenário Externo							
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$					
MAI/24	4,27	85,36	2 326,51					
JUN/24	4,34	81,44	2 329,48					
JUL/24	3,82	77,02	2 424,01					
AGO/24	3,76	72,95	2 580,52					
SET/24	4,21	74,14	2 674,35					
OUT/24	4,28	72,65	2 699,11					
NOV/24	4,53	73,05	2 629,95					
DEZ/24	4,56	79,06	0,00					
JAN/25	4,56	76,32	0,00					
FEV/25	4,25	73,05	0,00					
MAR/25	4,46	62,45	0,00					
ABR/25	4,53	64,41	0,00					
MAI/25	4,28	65,62						

Fonte: Banco Central	do Brasil,	/FED
----------------------	------------	------

Indicadores de Confiança II					
Meses	Risco Brasil				
SET/23	206				
OUT/23	202				
NOV/23	200				
DEZ/23	195				
JAN/24	201				
FEV/24	210				
MAR/24	207				
ABR/24	212				
MAI/24	211				
JUN/24	229				
JUL/24	227				

Fonte: Ipeadata

	Indicadores de Confiança III								
Meses	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)		
MAI/24	5,24	10,56	3,63	6,69	3,93	10,40	6,23		
JUN/24	5,56	11,18	3,60	7,32	4,23	10,40	5,92		
JUL/24	5,66	11,38	3,71	7,40	4,50	10,40	5,65		
AGO/24	5,66	11,74	3,87	7,58	4,24	10,40	5,91		
SET/24	5,45	12,17	3,95	7,91	4,42	10,40	5,73		
OUT/24	5,78	12,67	4,33	7,99	4,76	10,65	5,62		
NOV/24	6,05	13,85	4,69	8,75	4,87	11,15	5,99		
DEZ/24	6,19	15,39	5,12	9,77	4,83	12,15	6,98		
JAN/25	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26		
FEV/25	5,85	15,03	5,50	9,03	5,06	13,15	7,70		
MAR/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22		
ABR/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17		
MAI/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86		

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)

Elaboração: Gerência de Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Pesquisa IEL/AL



Referências

BCB: SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

IBGE: IBGE | Portal do IBGE | IBGE

IBGE: IPCA/IBGE - Portal de Finanças -Índice nacional de preços ao consumidor

IEDI: IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

> CNI: Sondagem Industrial -Portal da Indústria - CNI

ELABORAÇÃO:

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E PESQUISA - FIEA/IEL

GERENTE ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ESTAGIÁRIOS

ÉRIKA GISELLA DE ALMEIDA SANTOS KARINE FERREIRA DOS SANTOS PABI O HENRIQUE COSTA FRANCIOLI Y FONSECA RUAN WESLLEY DE BARROS SILVA VANIELLY CLESIA SANTOS DE ALMEIDA

DIAGRAMAÇÃO

YASMIN NAYARA DE ARAÚJO COSTA

ANALISTA

REVISÃO

TALITA MARQUES DA COSTA

REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR

CONSULTORA

DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS

INSTITUTO EUVALDO LODI -

DIRETOR REGIONAL

SUPERINTENDENTE

HELVIO BRAGA VILAS BOAS

GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E PESQUISA

ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1° VICE PRESIDENTE



Federação das Indústrias do Estado



